

Ricardo Lima, da Abrace: mais desafios para eliminar a CCC

A luta contra os encargos deve ser uma das principais bandeiras do setor elétrico em 2009. A expectativa é que as alterações promovam a redução do encargo, que hoje é o que mais onera as contas de luz dos consumidores

Por Ricardo Lima

A luta contra os encargos deve ser uma das principais bandeiras do setor elétrico em 2009. Felizmente, largamos com uma vantagem: a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) acaba de aprovar mudanças nas regras de gestão da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis dos Sistemas Isolados (CCC), por meio da Resolução Normativa nº 347, publicada no início deste mês. A expectativa é que as alterações promovam a redução do encargo, que hoje é o que mais onera as contas de luz dos consumidores brasileiros e é usado para subsidiar o custo da geração térmica dos sistemas isolados.

As novas regras prevêem que o reembolso dos combustíveis ficará limitado aos preços de mercado, divulgados periodicamente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Isso impedirá que os recursos do encargo cubram custos injustificáveis de combustíveis. Para se ter uma idéia, caso a Eletrobrás tivesse praticado os valores da tabela da ANP no ano passado, teria proporcionado uma economia de R\$ 960 milhões nas contas do encargo em 2008. Para este ano, estima-se que a economia deva atingir R\$ 1,2 bilhões.

Além disso, a Aneel determinou que a Eletrobrás publique todos os meses um relatório detalhado da gestão do encargo, dando maior transparência no trato dos recursos da CCC. Essa prestação de contas mensal deve conter um conjunto de informações que permitam à sociedade acompanhar e fiscalizar o andamento da operação do parque térmico dos sistemas isolados e a correspondente execução financeira dos recursos da Conta. Aliás, o aumento da transparência na gestão da CCC foi um dos principais pleitos da Abrace durante as discussões relativas às novas regras.

Desde 2004, sob orientação de seu diretor geral, Jerson Kelman, a Aneel vem pressionando a Eletrobrás para melhorar a gestão da CCC. Estudo feito pela instituição mostrou que os preços dos combustíveis cobertos por recursos do encargo vinham aumentando de maneira descolada dos valores de mercado. Entre setembro de 2004 e outubro de 2005, por exemplo, a variação dos preços do óleo combustível fornecido para as usinas da Manaus Energia foi de 65,7%, enquanto a variação média do mesmo combustível na região, segundo dados da ANP, ficou em 37,9%. Com base nessas informações e devido à inexistência de um procedimento adequado de aquisição de combustíveis, a Aneel chegou a multar a Eletrobrás em R\$ 12 milhões por má gestão dos recursos. Infelizmente, a Justiça suspendeu a cobrança da multa, tirando da agência seu poder de fiscalizadora.

Agora, esse tipo de situação não deve mais se repetir. Mas os desafios ainda são grandes para resolver outros problemas que dificultam a eliminação ou a redução maior do encargo. Um dos principais obstáculos para tanto é a dependência de alguns estados do ICMS relativo à compra dos combustíveis usados para gerar energia. Estima-se que, em 2008, eles tenham arrecadado entre R\$ 600 milhões e R\$ 800 milhões com a cobrança do imposto. Por conta disso, há forte resistência dos governos estaduais para a redução do encargo por meio da interligação dos sistemas isolados à rede nacional de transmissão de energia, pois não há como compensarem a queda de arrecadação decorrente.

Os consumidores dos sistemas isolados também contribuem para o aumento da CCC, uma vez que não há um sinal claro dos efetivos custos de fornecimento de energia na região. Não há estímulo, portanto, para economia de energia e aumento da eficiência no seu uso.

Para solucionar essas questões, a Abrace está elaborando uma agenda de discussões para os próximos meses. Já está na sua pauta, por exemplo, a audiência pública da Comissão de Minas e Energia da Câmara sobre o assunto agendada a pedido do deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP).

A expectativa é que essas discussões permitam que novas reduções no encargo aconteçam no médio prazo. Afinal, as possibilidades de diminuí-lo mais ou até mesmo eliminá-lo já se mostraram viáveis em termos técnicos e econômicos e precisam ser aproveitadas. É preciso colocá-las em prática de modo a contribuir para que nossa indústria e toda a sociedade brasileira disponham de uma energia mais competitiva.

Ricardo Lima é presidente-executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia e de Consumidores Livres (Abrace)

Ricardo Lima, da Abrace: mais desafios para eliminar a CCC. In: **Agência Canal Energia**, Artigos, Mídia Online, 15.janeiro.2009.